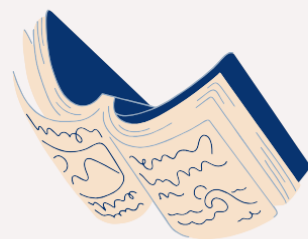




Redação

Ensino Médio



Redação dissertativo-argumentativa — foco no ENEM

A redação dissertativo-argumentativa no ENEM exige clareza conceitual, domínio da norma culta e capacidade de propor intervenções factíveis para problemas sociais. O texto deve apresentar tese explícita, argumentos sustentados por evidências pertinentes e uma conclusão que inclua proposta de intervenção com agentes, meios e justificativa respeitando direitos humanos. O preparo envolve treino de estrutura, repertório temático (contexto brasileiro) e revisão rigorosa para otimizar a pontuação nas cinco competências avaliadas pelo exame. A seguir, tópicos essenciais para planejar, produzir e revisar um texto competitivo.

Objetivo e estrutura do gênero

- Definição: texto que defende uma posição (tese) sobre um problema social, apoiada por argumentos e evidências, concluindo com proposta de intervenção.
- Organização clássica: introdução (tese), desenvolvimento (1–3 parágrafos argumentativos) e conclusão (proposta de intervenção).
- Adequação ao ENEM: foco na clareza argumentativa, coerência entre partes e cumprimento das cinco competências da matriz de correção.
- Comprimento: produção suficientemente desenvolvida para demonstrar domínio das competências; recomenda-se desenvolvimento completo de ideias em torno de 25–30 linhas (orientação prática).

Tese e elaboração de argumentos

- Tese clara e direta na introdução; evitar ambiguidade e formular posicionamento passível de ser defendido.
- Cada parágrafo de desenvolvimento deve conter um argumento central, com explicitação do raciocínio e conexão lógica com a tese.
- Uso de evidências: dados, exemplos históricos, legislação, estudos brasileiros (ex.: dados do IBGE, indicadores do SUS, programas sociais) ou referências teóricas para fundamentar as afirmações.
- Contra-argumento e refutação: estratégia opcional que demonstra conhecimento de complexidade; refutar com argumentos sólidos reforça a tese.

Coesão e coerência textual

- Coesão: uso adequado de conectivos argumentativos (causa, consequência, contraste, conclusão) para articular ideias.
- Coerência: desenvolvimento lógico entre tese, argumentos e conclusão; evitar informações desconexas ou digressões.
- Progressão temática: cada parágrafo deve acrescentar um nível de complexidade ao debate, evitando repetição mecânica.

Recursos argumentativos e repertório temático

- Fontes legítimas: citar de forma implícita pesquisas, relatórios governamentais e exemplos de políticas públicas brasileiras para legitimar argumentos.
- Repertório cultural e social: mobilizar referências nacionais (históricas, legislativas, institucionais) que contextualizem o problema no Brasil.
- Tipos de argumento: estatístico, lógico, de autoridade, testimonial, comparativo; combinar diferentes tipos fortalece a argumentação.
- Cuidado com generalizações e vieses; priorizar dados verificáveis e contextualizados.

Norma culta, estilo e linguagem

- Norma culta: correção gramatical, ortográfica e sintática exige atenção — erros graves comprometem Competência 1.
- Registro formal e impessoal; evitar gírias e coloquialismos, mantendo naturalidade discursiva.
- Variedade lexical e precisão vocabular: substituir repetições por sinônimos adequados sem perder clareza.
- Pontuação funcional: uso correto de vírgulas, dois-pontos, travessões e parênteses para organizar argumentos complexos.

Proposta de intervenção (Competência 5)

- Elementos obrigatórios: medida concreta, agente executor (especificar quem), meios/recursos e justificativa ligada aos direitos humanos.
- Viabilidade: propostas realistas, pautadas na realidade brasileira; citar exemplos de políticas públicas existentes quando pertinente.
- Evitar pirotecnia normativa: medidas vagas ou inviáveis reduzem a pontuação; indicar passos pragmáticos e responsáveis.
- Exemplo de formulação: identificar agente (município, escola, governo estadual), ações (programa, campanha, investimento), recursos (verbas, parcerias) e objetivo mensurável.

Estratégias de produção e gestão do tempo

- Planejamento (5–10 minutos): leitura da proposta, levantamento rápido de ideias e esboço do roteiro (tese + 2–3 argumentos + proposta).
- Redação (35–45 minutos): seguir o roteiro, priorizando coerência e exemplos; dedicar o parágrafo final à intervenção.
- Revisão (5–10 minutos): checar ortografia, concordância, coerência da proposta e presença dos elementos da Competência 5.
- Treino orientado: simular temas do ENEM, cronometrar produção e comparar com critérios de correção; analisar redações nota máxima como referência.

Critérios de correção (sintetizado para orientar a prática)

- Competência 1: domínio da norma culta — clareza e correção linguística.
- Competência 2: compreensão e seleção de informações — adequação ao tema e à proposta.
- Competência 3: organização textual — coesão e coerência entre partes do texto.
- Competência 4: demonstração de conhecimento de mundo — argumentação consistente e contextualizada.
- Competência 5: proposta de intervenção — detalhamento, viabilidade e respeito aos direitos humanos.

Resumo (síntese prática)

- Formular tese precisa na introdução; desenvolver 2–3 argumentos bem fundamentados.
- Usar repertório brasileiro e fontes verificáveis para sustentar afirmações.
- Construir conclusão com proposta de intervenção concreta (agente, meios, objetivo, justificativa).
- Treinar gestão do tempo: planejar, escrever e revisar; priorizar correção e coerência.

Conclusão

Hipótese central: a aplicação sistemática de estrutura, repertório contextualizado ao Brasil e prática de revisão eleva a performance na redação do ENEM. Método recomendado: planejamento breve, desenvolvimento argumentativo sustentado por evidências e conclusão com intervenção detalhada; exercícios sequenciais e análise de rubricas consolidam competências. Resultado esperado: maior coerência discursiva, cumprimento das competências avaliativas e incremento das notas decorrente da precisão linguística e da viabilidade da proposta de intervenção. Relevância: domínio dessa abordagem amplia oportunidades educacionais e de ingresso em instituições superiores, além de fortalecer a capacidade crítica e a participação informada em debates públicos no contexto brasileiro.